



SiSV

SIMULAÇÕES SÃO VICENTE
MAIO 2018



ASSEMBLÉIA GERAL



GUERRA DA CORÉIA 1951

The bottom section of the collage features three distinct images: on the left, soldiers in helmets looking towards a large mushroom cloud from a nuclear explosion; in the center, a soldier crouching behind a pile of rubble and debris; on the right, two soldiers in a trench, one aiming a mortar or similar weapon.



Assembleia Geral Histórica

A guerra da Coreia

Ivo Mineiro,
João Luiz Melca
Marcelo Casagrande,
Mariana Barreto e
Victor Lameiras.

Sumário

1- Carta aos delegados	4
2- Nações Unidas	6
2.1- Histórico das Nações Unidas	6
2.2- Histórico da Assembleia Geral das Nações Unidas	10
2.3-Funções e atribuições da Assembleia Geral	10
3- Contextualização histórica do conflito	12
3.1- O controle japonês	12
3.2- Contexto de Guerra Fria	14
3.2.1- Plano Marshall e o COMECON	14
3.2.2- O bloqueio de Berlim	15
3.2.3- A criação da OTAN	17
3.2.4- Conflito ideológico	17
3.3- A divisão da Coreia	19
3.3.1- A República Popular da Coreia	20
3.3.2- As eleições coreanas e o envolvimento das Nações Unidas....	22
3.4- A guerra civil chinesa e a escalada da tensão	24
4- A guerra Civil Coreana	25
4.1- Influência soviética e norte-americana	25
4.2- O avanço norte-coreano e a intervenção da ONU	28
5- Políticas externas	33
5.1- Argentina	33
5.2- Austrália	34
5.3- Bélgica	34
5.4- Bielorrússia	35
5.5- Brasil	35
5.6- Canadá	35
5.7- China	36
5.8- Coreia do Norte	36
5.9- Coreia do Sul	37
5.10- Cuba	38

5.11- Dinamarca	38
5.12- Egito	39
5.13- Estados Unidos	39
5.14- França	40
5.15- Iraque	41
5.16- Israel	42
5.17- Iugoslávia	42
5.18- México	43
5.19- Polônia	44
5.20- Reino Unido	44
5.21- Tchecoslováquia	45
5.22- Ucrânia	46
5.23- União Soviética	46
5.24- União Sul Africana	47
6- Bibliografia	48

1- Carta aos delegados:

“Quando eu tinha seis anos, a Guerra da Coreia começou, e todas as salas de aula foram destruídas por ela. Nós estudamos em baixo das árvores ou em qualquer edifício que havia sobrado.”- Ban Ki-moon, Sul-Coreano e secretário Geral das Nações Unidas entre 2007 e 2016.

Caros delegados,

Sejam bem vindos ao VII SiSV. Todos nós, diretores, estamos extremamente felizes em poder participar com vocês nesse comitê, que abordará o conflito da Guerra da Coreia.

Nesse comitê, esperamos que os senhores sejam transportados de volta à realidade do planeta no ano de 1950, com todas as drásticas mudanças que estavam ocorrendo em decorrência do começo da Guerra Fria. Nesse momento, uma tensão pairava a Terra, com um medo global da possibilidade de ocorrência de uma Terceira Guerra Mundial.

Este é um assunto muito importante para o mundo, já que as consequências dessas ações conseguem ser facilmente observadas até os dias de hoje, como, por exemplo, as atuais discussões sobre uma possível reunificação das duas Coreias. Para entendermos melhor os acontecimentos de atualmente, precisamos entender o que houve no passado, e acreditamos no potencial de cada um dos senhores para fazer dessa simulação a melhor e mais proveitosa de todas.

Trazemos vocês, delegados, ao final de 1950, no meio da Guerra entre esses dois países e com a possibilidade de fazer parte desse acontecimento. Os senhores, ao participarem dessa reunião, terão a chance de fazer escolhas importantes e até de alterar os rumos da ONU e da própria guerra, podendo, realmente, mudar a história.

Gostaríamos de afirmar que, nesse guia, os senhores encontrarão o primordial para o conhecimento desse conflito. Entretanto, recomendamos fortemente que se busquem outros materiais e fontes de estudo, para os senhores chegarem ainda mais preparados e prontos para o comitê.

Ressaltamos, também, que em caso de qualquer dúvida ou questionamento, seja antes ou durante o modelo, todos os diretores estarão sempre preparados e solícitos a ajudar, sem quaisquer problemas. Desejamos a todos um bom estudo, e nos vemos em 1950.

Atenciosamente,
João Luiz Melca,
Marcelo Casagrande,
Mariana Barreto e
Victor Lameiras.

2- Nações Unidas

2.1- Histórico das Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como principais objetivos a manutenção da paz mundial e a cooperação entre os países, no que se refere ao direito internacional, ao progresso social, aos direitos humanos e à segurança internacional. Essa instituição multilateral baseia-se no diálogo como instrumento para a resolução de conflitos e é reconhecida pelos encontros marcantes que proporciona, e proporcionou, ao longo de sua história, nos quais costumam se encontrar os principais líderes das nações do globo. A Organização é estruturada em seis principais órgãos: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, Conselho de Tutela, Secretariado, Corte Internacional de Justiça e Conselho Econômico e Social.

Atualmente, em 2018, 193 Estados-membros fazem parte da ONU, mas apenas 51 estavam presentes na Conferência de 24 de outubro de 1945, na qual foi assinada a Carta das Nações Unidas e criada a Organização. A ratificação da carta foi possível com as assinaturas dos seus principais membros fundadores, Estados Unidos da América, China, França, Reino Unido e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, além da maioria dos outros signatários. Os Estados citados são, inclusive, aqueles que formam o grupo de membros permanentes e que possuem o voto afirmativo, que os possibilita de vetar resoluções no Conselho de Segurança, um dos órgãos da ONU.

Durante a primeira reunião da Assembléia Geral, que aconteceu em Londres, em 1946, ficou decidido que a sede permanente da Organização seria nos Estados Unidos. Hoje em dia, a estrutura central da ONU fica em Nova York, com sedes também em Genebra (Suíça), Viena (Áustria), Nairóbi (Quênia), Addis Abeba (Etiópia), Bangcoc (Tailândia), Beirute (Líbano) e Santiago (Chile), além de escritórios espalhados em grande parte do mundo.

É possível citar a Liga das Nações como predecessora da organização, instituição criada pelo Tratado de Versalhes, o mesmo responsável por findar a Primeira Guerra Mundial, em 1919. Seu objetivo era reunir todas as nações do planeta e, através da mediação e arbitragem entre elas, manter a paz e a ordem mundiais. Assim,

evitar-se-ia conflitos desastrosos, como a guerra que acabara de destruir o continente europeu.

A Liga das Nações era organizada de uma maneira bem semelhante à ONU, sendo composta de um Secretariado, Assembleia Geral, e um Conselho Executivo, semelhante ao Conselho de Segurança da ONU. O Secretariado Permanente era composto de um corpo de especialistas em diversos assuntos de relações internacionais e capitaneado por um Secretário Geral, como atualmente. A Assembleia Geral compreendia representantes de todos os países que integravam o sistema da Liga. O órgão reunia-se anualmente, e cada um tinha direito a um voto. No Conselho Executivo estavam primeiramente presentes as potências vitoriosas da Primeira Guerra Mundial, como Reino Unido, França, Itália, Japão e, mais tarde, Alemanha e União Soviética. Assim como atualmente, membros não permanentes compunham o Conselho Executivo por determinado período, mediante voto, cedendo sua posição mais tarde a outro país escolhido, realizando assim um rodízio permanente.

Algo importante, porém, que difere a Liga das Nações da ONU, que seria criada posteriormente, é a presença dos Estados Unidos. No início do século, apesar do amplo apoio e fomento do então presidente norte-americano, Woodrow Wilson, para a criação da Liga, o Congresso foi contra a participação do país por entender que isso violaria a tradicional política externa isolacionista que vigorava até então. A ausência do país norte americano, um dos principais idealizadores desse organismo multilateral, foi uma das maiores razões para o seu insucesso.

Com a Segunda Guerra Mundial em destaque, que durou de 1939 a 1945, a instituição dissolveu-se pelo claro fracasso na tentativa de alcançar os seus objetivos. O nome Nações Unidas, que viria a ser o escolhido para a organização criada após a Segunda Guerra, foi concebido pelo presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, em referência à Liga das Nações, e utilizado pela primeira vez na Declaração das Nações Unidas, de 1º de janeiro de 1942. Foi quando os representantes de 26 países assumiram o compromisso de que seus governos continuariam lutando contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

A partir da criação da ONU, em 1945 como já mencionado anteriormente, passou a ser necessária a busca por encontrar as maneiras de melhor se atingir os objetivos da organização: a cooperação e a paz mundial. Nesse sentido, merecem

destaque as ações denominadas “Missões de Paz”, que tiveram sua primeira experiência na guerra árabe-israelense em 1948. Essas missões são elaboradas e aprovadas pelo Conselho de Segurança quando esse julga ser importante intervir territorialmente em um local de conflito. As tropas são conhecidas como “Capacetes Azuis”, justamente pela cor característica desse equipamento utilizado, e são formadas por militares e agentes provenientes de quase todos os países-membros.

No ano de 1948, na guerra árabe-israelense, foi enviada uma equipe de apenas 120 homens, todos desarmados e sem um uniforme padrão. Atualmente, porém, a situação já é bem diferente. Em 2016, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO) contava com uma equipe de aproximadamente 125 mil funcionários. A maioria encontrava-se em campo, com um efetivo de mais de 106 mil homens e mulheres uniformizados, provenientes de 122 países. O DPKO só passou a existir em 1992, quando o número de missões de manutenção de paz e sua complexidade exigiram uma administração com dedicação exclusiva. Antes disso, as missões eram operadas por meio do Escritório das Nações Unidas para Assuntos Políticos Especiais.

A ONU é uma instituição que está se alterando constantemente. A instituição expandiu suas operações em campo de uma equipe militar que, no início, observava o cessar-fogo para se transformar em uma cadeia complexa de tarefas multidimensionais que visam garantir a implementação de uma base para a paz sustentável e acordos abrangentes. Isso tem sido feito de forma progressiva com a contribuição na construção de instituições, no monitoramento dos direitos humanos, na reforma do setor de segurança e na ajuda para desarmar e reintegrar ex-combatentes.

Além disso, fora dos campos de batalha as ações também têm se mostrado bastante importantes. A ONU possui um sistema complexo, com os órgãos já citados e diversas agências especializadas. Elas atuam em áreas como saúde, finanças, agricultura, aviação civil e telecomunicações, entre outras, e são entidades independentes vinculadas às Nações Unidas por acordos especiais. As agências são muitas, porém vale destacar algumas delas: Banco Mundial, OMS e UNESCO.

O Banco Mundial atua como uma cooperativa de países, que disponibiliza seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e a sua ampla base de conhecimentos para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento que almejam

atingir um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. O objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades por meio de empréstimos com juros baixos ou nulos.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) exerce um papel fundamental na melhoria de políticas e serviços públicos de saúde, por meio da transferência de tecnologia e da difusão do conhecimento acumulado por meio de experiências produzidas nos Países-Membros. É um trabalho de cooperação internacional promovido por técnicos e cientistas, especializados em epidemiologia, saúde e ambiente, recursos humanos, comunicação, serviços, controle de zoonoses, medicamentos e promoção da saúde. Todo esse esforço é direcionado para alcançar metas comuns, sempre com uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis: mães e crianças, trabalhadores, idosos, pobres, refugiados e desabrigados.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) tem o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. A agência desenvolve projetos de cooperação técnica em parceria com o governo, a sociedade civil e a iniciativa privada, além de auxiliar na formulação de políticas públicas que estejam em sintonia com as metas acordadas entre os Estados Membros da Organização.

Em suma, é possível dizer que depois da Segunda Guerra Mundial, que devastou dezenas de países e tomou a vida de milhões de seres humanos, existia na comunidade internacional um sentimento generalizado de que era necessário encontrar uma forma de manter a paz entre os países. Desde que a ONU foi criada, seus objetivos de manter a paz e atividades de cooperação entre as nações têm se expandido e hoje o que se vê é uma instituição com amplo apoio internacional e de grande prestígio, que busca aliar os interesses dos mais diversos países de maneira harmoniosa e favorável para a sociedade mundial como um todo.

2.2- Histórico da Assembleia Geral das Nações Unidas

Na Carta de São Francisco, que marca a fundação e dita o funcionamento da Organização das Nações Unidas (ONU), foram criados os seis órgãos fixos que regem as atividades da instituição. O Artigo 7 da carta da ONU determina, então, que:

“Ficam estabelecidos como órgãos principais das Nações Unidas: uma Assembleia Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social, um Conselho de Tutela, uma Corte Internacional de Justiça e um Secretariado.”

(Carta das Nações Unidas)

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AG) é o único fórum universal que reúne todos os Estados membros da ONU. O que começou com 51 nações membros, em 1945, já possui mais 7 estados membros, totalizando 58 delegações na Assembleia Geral.

Apesar de ser menos conhecida que o Conselho de Segurança, a AG tem papel fundamental para o funcionamento do sistema ONU, deliberando em alguns casos, por exemplo, sobre questões funcionais, como a eleição do secretário-geral e os países que farão parte do Conselho de Segurança, que serão mais detalhados no item 2.3 deste documento. O que vale ressaltar aqui é a importância de um órgão onde todos os votos têm o mesmo valor para a construção de uma agenda global.

Diferentemente do Conselho de Segurança, onde os países membros têm direito ao voto especial, e podem, portanto, vetar uma resolução, a Assembleia Geral funciona sob o princípio: um país, um voto, ou seja, é regida pela lei da quantidade. As ideias, logo, devem ser apoiadas por uma maioria, o que faz com a agenda proposta tenha que agradar aos países em vias de desenvolvimento, tornando-a progressista. A Assembleia Geral é, segundo o historiador Paul Kennedy, “o que temos de mais próximo de um Parlamento da Humanidade.”.

2.3- Funções e atribuições da Assembleia Geral

A Assembleia tem encontros anuais, ou, em casos raríssimos, uma convocação de uma reunião emergencial pelo Conselho de Segurança, como no caso desse comitê. Nessas reuniões, cria-se uma agenda global de desenvolvimento e cooperação da

comunidade internacional, visando à solução de um problema. Ademais, a AG também trata de assuntos financeiros, como o auxílio aos países em vias de desenvolvimento, questões ambientais, sociais e da paz internacional.

Suas resoluções, após aprovadas por maioria simples ou qualificada, passam a ter valor recomendatório, não se tratando de uma tese vinculante, ou seja, não é uma obrigação dos países seguir o que foi aprovado. As resoluções relacionadas à paz e à segurança, eleição de membros integrantes de órgãos, admissão, suspensão e expulsão de membros, questões de tutela e assuntos orçamentários devem ser aprovadas por maioria qualificada de dois terços, as demais por uma maioria simples de metade do quorum mais um.

Apesar das resoluções necessitarem de maioria, há um esforço da comunidade internacional para aprovar as resoluções da AG por consenso, para mostrar uma união das nações em busca do desenvolvimento conjunto. O presidente pode, tendo consultado e alcançado um acordo com as delegações, propor a aprovação de um projeto sem a votação.

As principais funções das reuniões da Assembleia são:

“Discutir e fazer recomendações sobre todos os assuntos em pauta na ONU; discutir questões ligadas a conflitos militares – com exceção daqueles na pauta do Conselho de Segurança; discutir formas e meios para melhorar as condições de vida das crianças, dos jovens e das mulheres; discutir assuntos ligados ao desenvolvimento sustentável, meio ambiente e direitos humanos; decidir as contribuições dos Estados-Membros e como estas contribuições devem ser gastas e eleger os novos Secretários-Gerais da Organização.”

(<https://nacoesunidas.org/>)

Estas e as demais atribuições aos delegados da AG estão expostas nos artigos 9-22 da Carta das Nações Unidas, sendo crucial uma leitura detalhada para o completo entendimento das funções da Assembleia.

A Assembleia Geral possui um corpo de funcionamento composto por diversos órgãos subsidiários. Destes vale destacar o funcionamento de seis comitês principais:

O Primeiro Comitê é um comitê político e de segurança.

O Segundo Comitê é ligado às questões econômicas e financeiras.

O Terceiro Comitê – Social Cultural e Humanitarian (SOCHUM) - lida com as questões sociais e humanitárias.

O Quarto Comitê é relacionado à questão da descolonização.

O Quinto Comitê trata das questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Sexto Comitê resolve as questões legais.

Todos os comitês funcionam em paralelo às reuniões gerais da Assembleia e são compostos por todos os estados membros da ONU e, conseqüentemente, por membros da Assembleia Geral.

3- Contextualização Histórica do Conflito

3.1- O Controle Japonês

Durante a primeira metade do século XX, a história entre o Japão e a Coreia pode ser facilmente contada por meio dos tratados realizados por volta desse período. Eles são responsáveis por marcar o começo, a evolução e o fim do processo de controle japonês sob o território coreano.

Em 1876, o Tratado de Amizade Japão-Coreia, conhecido também como o Tratado de Ganghwa, foi primeiro passo para o controle japonês do território coreano. Nele, a Coreia, que pertencia à Dinastia Qing, se tornou um estado tributário chinês e abriu dois de seus portos para comércio com o Japão. Após as guerras sino-japonesas (1894-1895), sua independência da China foi garantida e em 1897 se tornou o chamado Império Coreano.

Sem nem uma década se passar após o início de tal Império, em 1905 foi realizado um tratado – o Tratado de Eulsa – decorrente da vitória do Império Japonês na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). Ele determinava o Império Coreano como um protetorado do Japão, ou seja, por mais que ainda tivesse uma certa independência local, agora concebia o Império Japonês como seu suserano. Por fim, para evidenciar, de fato, o processo de controle japonês sob a Coreia, surge em 1910 o Tratado de Anexação Japão-Coreia, no qual o Imperador Coreano abdicava toda e qualquer soberania em relação à península, concedendo-a ao Imperador Japonês.

Com isso, o período de domínio do Japão teve início. Essa época é vista de modo extremamente negativo pelos coreanos, tanto que o sentimento anti-japonês perpetua até os dias de hoje entre esse povo. Tal sentimento foi justificado por décadas de tortura, censura e exploração daqueles que nasciam na Coreia. Um exemplo muito marcante da violência desse tempo eram as chamadas “Mulheres de Conforto” – um termo eufemístico para escravas sexuais, que faz referência às mulheres, em sua maioria coreanas, obrigadas a se prostituírem aos soldados japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. Não há dúvidas, também, da tentativa massiva de erradicação da cultura coreana por meio, por exemplo, da censura de livros, do impedimento ao acesso da própria história (como o fechamento do Museu Nacional da Coreia) e até da proibição do uso da língua de coreana sob ameaça de pena morte.

No entanto, um pequeno aspecto pode ser considerado como “positivo” para a Coreia dos dias de hoje. Durante o período de controle japonês, a industrialização coreana foi desenvolvida e acelerada, fato este fundamental para a atualidade. Mesmo assim, ela somente aconteceu com o intuito de beneficiar a sede japonesa e enriquecê-la em meio aos tempos de guerra, e seu acontecimento não apaga todo o sofrimento vivido pelos cidadãos coreanos naquela época..

Após o Japão se render aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a ocupação japonesa da Coreia teve seu fim. Além disso, nessa época, o novo país independente foi dividido em dois: a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. Nesse momento, em 1950, nenhuma dessas nações mantém relações diplomáticas com o Japão, devido à instabilidade na região e à recente dominação japonesa, que traz péssimas recordações para os coreanos.

Em 1950, não se tem informações necessárias para descobrir o porquê da realização desses tratados sino-coreanos. Há dúvidas acerca de sob quais circunstâncias os tratados mencionados acima foram, de fato, assinados pelos superiores coreanos. Por exemplo, o próprio Tratado de 1910 nunca foi assinado pelo Imperador Sunjong da Coreia, e sim pelo seu primeiro-ministro, já que o primeiro se recusava a assiná-lo. Apesar desses elementos levantarem dúvidas sobre as condições desses acordos, o fato é que eles foram realizados, impactando fortemente a história do povo coreano e as suas relações com o Japão.

3.2- Contexto de Guerra Fria

Segundo Alexandra de Mello e Silva, a Guerra Fria é “uma expressão cunhada para designar a competição entre os EUA (Estados Unidos da América) e seus aliados ocidentais, países capitalistas desenvolvidos e em desenvolvimento, e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), líder de uma aliança formada majoritariamente por países da Europa Ocidental.”¹

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1945, a economia dos países europeus se encontrava completamente desestabilizada. Eram inúmeros os custos deixados por conta do cenário de guerra, o que fez com que muitos países não tivessem força econômica para se reestruturarem rapidamente. Dessa forma, as duas potências citadas acima se destacaram perante o plano internacional, pois possuíam uma situação econômica bastante favorável e diversas tropas ainda presentes ao redor do continente em crise. Tendo em mente tal quadro, a influência das potências estadunidense e soviética sobre os países europeus era clara.

3.2.1- Plano Marshall e o COMECON

Um dos principais aspectos que contribuiu para a formação da ordem internacional bipolar foi o econômico. Enquanto uns países foram auxiliados economicamente pelos Estados Unidos, por meio, principalmente, do Plano Marshall, outros foram pela União Soviética, em grande parte por causa da criação do Conselho para a Assistência Econômica Mútua (COMECON).

O Plano Marshall foi criado em junho de 1947 pelo Secretário de Estado norte americano George Marshall, com o intuito de reconstruir a economia dos países da Europa Ocidental e combater a fome e a pobreza na região. A situação na Alemanha, principalmente, era extremamente calamitosa nesse período, com altos índices de suicídio e com as principais manchetes dos jornais alemães anunciando a alta quantidade de famintos no território. Dessa forma - e observando também casos similares nos países ocidentais europeus - os Estados Unidos anuncia o Plano, dizendo que:

“Sua política está direcionada não a um país ou doutrina, mas contra a fome, pobreza, desespero e caos. Seu propósito deve ser o reavivamento de uma economia

mundial em funcionamento, para assim permitir o surgimento de condições políticas e sociais nas quais instituições livres possam existir. (...) Qualquer governo que tente bloquear a recuperação dos países não pode esperar qualquer ajuda nossa. Além do mais, quaisquer governos, partidos políticos ou grupos que tentem perpetuar a miséria humana para lucrar daí politicamente ou de outra maneira encontrará a oposição dos Estados Unidos.”²

Ou seja, dessa forma, nenhum país do Leste Europeu foi englobado no plano norte-americano. Eles foram, na verdade, participantes do COMECON, criado em 1949, como uma resposta soviética à criação do plano capitalista pelo governo de Washington. Os membros que compõem o Conselho são a União Soviética, a Bulgária, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Polônia, a Romênia e a Albânia. Seu principal objetivo era facilitar e coordenar o desenvolvimento econômico entre seus participantes, todos com um pensamento ideológico similar.

3.2.2- O Bloqueio de Berlim

O final da Segunda Guerra Mundial resultou em diversas mudanças no continente europeu. Uma das mais emblemáticas foi a divisão da Alemanha em quatro zonas de ocupação, cada uma administrada por cada potência vencedora: Estados Unidos, Reino Unido, França e União Soviética. Sua capital, Berlim, foi, portanto, também dividida em quatro partes diferentes.

A Conferência de Potsdam, em 1945, não conseguiu gerar um consenso muito grande entre as nações administradoras para uma política comum em todo o país. Conseguiram, depois, somente unir as zonas estadunidense, francesa e britânica, que formou em 1948 a Alemanha Ocidental – um Estado provisório sobre o comando dos aliados ocidentais. Em julho deste mesmo ano, ela passou por uma reforma monetária, substituindo a antiga moeda Reichsmark pelo Marco alemão.

Figura 1: Mapa da Alemanha dividida em 1948

Tal reforma foi contra os desejos do líder soviético, Josef Stalin, que, por sua vez, decidiu bloquear todo o acesso terrestre à Berlim Ocidental – tendo em mente que para chegar até a cidade, era preciso inevitavelmente passar pela Alemanha Oriental. Dessa forma, Stalin ordenou o bloqueio das rodovias, ferrovias e do transporte fluvial no dia 24 de julho de 1948.

Por praticamente 11 meses, a cidade ficou sem receber qualquer ajuda externa e, como sua situação já não era estável por conta das consequências da Segunda Guerra Mundial, ela se encontrou em completo caos, sem luz e alimentos. O meio para ajudá-la durante o bloqueio foi pela via aérea, com a “Operação Vittles” – conhecida como a “ponte aérea de Berlim” e uma das maiores operações aéreas com fins humanitários. Essa foi a resposta encontrada pelos aliados, pois perder o local para a União Soviética significava, segundo o presidente estadunidense Harry Truman, que o “comunismo iria correr desenfreado”.

No dia 12 de maio de 1949, com a evidente derrota do bloqueio, os soviéticos reabriram todos os meios de acesso à Berlim Ocidental antes fechados. Tal acontecimento acirrou o antagonismo entre a União Soviética e os países aliados capitalistas.

3.2.3- A Criação da OTAN

Junto ao “Golpe de Praga” – golpe comunista sofrido na Tchecoslováquia em 1948 –, o Bloqueio de Berlim foi fundamental para instaurar o medo da expansão do comunismo no Ocidente. Além disso, a imposição por parte de Stalin à adoção do sistema de partido único em países como a Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental ajudou na formação de um “bloco soviético”. Esse temor foi o necessário para firmar a mesma união econômica criada com o Plano Marshall, só que dessa vez de caráter militar.

O Tratado do Atlântico Norte, em abril de 1949, deu origem a uma organização responsável por consolidar militarmente o bloco ocidental: a Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN). Ela foi demasiadamente importante para o início da Guerra Fria e consistia numa “aliança militar de assistência mútua contra uma possível tendência expansionista da União Soviética”.¹

A Organização tem, como princípio, a “defesa mútua” entre os países membros. Isso significa que, caso um Estado-membro seja atacado, todos os demais membros da Organização tem o dever de ajudá-lo a se defender. Além de ter como base o próprio Tratado, o direito de “legítima defesa coletiva” é assegurado pelo artigo 51 da Carta das Nações Unidas, sendo este uma das bases para a criação da OTAN.

O Tratado foi assinado por 12 países, sendo estes: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal e Reino Unido.

3.2.4- Conflito Ideológico

Não há dúvidas de que a discussão antagônica do capitalismo contra o socialismo se destacou no período da Guerra Fria. A política de enaltecer seu próprio sistema político, social e econômico e de demonstrar as falhas da ideologia adversária resultou em diversas propagandas, realizadas tanto pela União Soviética quanto pelos Estados Unidos. No entanto, esse tipo de discurso não começou no pós-Segunda Guerra, mas sim no decorrer da mesma.

¹ A Criação da OTAN e sua permanência no período pós Guerra Fria- Roberta Dohani Pereira e Dimas Melo Alencar

A ameaça comunista não era somente percebida pela nação norte-americana, como um dos primeiros líderes a reconhecê-la foi o primeiro-ministro britânico Winston Churchill. O chefe de governo britânico, em 1942, por exemplo, se tornou autor da frase: “Nunca se esqueça que os bolcheviques são crocodilos... Eu não consigo sentir a menor confiança neles”. E, mais tarde: “Tentar manter boas relações com os comunistas é como cortejar um crocodilo. Você não sabe se faz cócegas embaixo do queixo ou bate em sua cabeça. Quando abre a sua boca você não consegue dizer se está tentando sorrir, ou se preparando para te comer inteiro.”

Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial, um dos mais ávidos inimigos dos comunistas foi um dos líderes militares do Exército do Estados Unidos, George Patton, que, em maio de 1945 já declarava a necessidade dos EUA entrarem rapidamente em um combate militar direto com a União Soviética. Patton afirmava que, caso não entrassem em guerra com os soviéticos e os derrotassem, iriam ganhar aquela contra a Alemanha, mas iriam falhar no objetivo final – o de tornar o continente europeu livre.

Essa visão apenas se fortaleceu no pós-Guerra. Um exemplo evidente da necessidade de defender-se e informar-se sobre a ação da potência soviética foi a criação da Agência de Inteligência Central (CIA) nos Estados Unidos, em 1947. Essa Agência foi fundamental no período de Guerra Fria, sendo a responsável por realizar diversas operações em outros países com o intuito de enfraquecer o comunismo.

Outra criação no mesmo ano, com o intuito de fortalecer um lado, foi a Kominform. Essa organização é originária da antiga Komintern, cujos objetivos se pareciam com os da COMECON, porém em relação à informação e não à economia. Ela, criada pela União Soviética, buscava coordenar as ações dos partidos comunistas ao redor do mundo e também almejava a troca de informações entre seus membros.

Em 1948, no entanto, ela entrou em declínio devido ao questionamento de alguns membros acerca do controle hegemônico exercido pelo Partido Comunista Soviético. O principal partido envolvido nesta questão foi o PCI (Partido Comunista Iugoslavo) que havia sido expulso da organização em junho por conta da influência do governo de Marechal Tito - líder iugoslavo conhecido por contestar o poder soviético sobre os membros e por promover uma Iugoslávia independente de forças externas.

No final da década de 40, além da criação de organizações e de agências envolvidas no propósito da Guerra Fria, havia também o surgimento de doutrinas de política externa adotadas durante o século XX. Uma das mais conhecidas foi a “teoria do dominó”, atribuída pelo delegado das Nações Unidas americano, John Foster Dulles. Ela consiste na premissa de que, caso um país se renda ao comunismo, todos os países fronteiriços ao primeiro estão ameaçados a se também tornarem comunistas. Com isso, é preciso priorizar esforços ao combate do comunismo nessas regiões.

Figura 2: O efeito dominó)

Entretanto, a doutrina mais conhecida nesse período foi a “Doutrina Truman”, criada pelo presidente Harry S. Truman – quase como um “estopim” da Guerra Fria. Foi anunciada no dia 12 de março de 1947, quando o norte-americano se pronuncia perante o Congresso dizendo que seu objetivo era defender o mundo da ameaça comunista. Essa foi a doutrina que ditou a política externa de seu governo, iniciado em 1945 e reeleito em 1948.

É deste modo que a Guerra Fria rege o cenário internacional nos meados da década de 40. Sejam por aspectos concretos, como as organizações e os planos criados, sejam pelas linhas de pensamentos dominantes da época. A Guerra Fria, no entanto, terá seu impacto comprovado quando o palco sai da Europa e se dirige ao continente asiático, mais especificamente, nesse caso, à península coreana. Nela, todas as doutrinas são aplicadas na prática e o embate direto entre as duas potências chega o mais perto de acontecer, pondo em risco a vida de milhares de civis e deixando claro todo o seu perigo perante o plano global.

3.3- A Divisão da Coreia

Como dito anteriormente, a Coreia foi dominada pelas forças japonesas até durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, isso termina quando o Império Japonês se

rende aos Aliados, em agosto de 1945, deixando a Coreia para decisão dos vitoriosos. Essa situação já havia sido imaginada em 1943, na Conferência do Cairo, na qual os líderes americano, britânico e chinês (no caso, o General Chiang Kai-shek) deixaram claro que “a Coreia, em seu devido tempo, irá se tornar livre e independente”.

No decorrer da guerra, as forças soviéticas entraram pelo território coreano ao tentar expulsar os japoneses, fazendo com que sua presença na região deixasse os chefes americanos alarmados, com medo de que esses tomassem o controle da península. Com isso, em 1945, dois oficiais do Exército americano, Charles Bonesteel e Dean Rusk, foram encarregados de traçar uma linha para dividir a Coreia em duas regiões - uma administrada pela União Soviética e outra a comando dos Estados Unidos. Essa linha é o que conhecemos hoje como o Paralelo 38.

Por mais que os dois oficiais não tivessem nenhum conhecimento aprofundado sobre a península coreana, o Paralelo 38 dividia o território basicamente na metade, no entanto, ele deixava a capital, Seul, para a porção sul do paralelo. Essa medida foi rapidamente ratificada pela Ordem Geral No.1, publicada no dia 2 de setembro de 1945 pelo Comandante Supremo das Potências Aliadas, Douglas Macarthur. Essa ordem dizia especificamente que as tropas japonesas ao norte deveriam se render às forças soviéticas, enquanto as ao sul se renderiam às do Exército americano.

Tal discussão foi finalmente acordada na Conferência de Moscou de 1945, realizada entre os ministros de Relações Exteriores dos Estados Unidos, da União Soviética e do Reino Unido. Nela, foi firmada uma Comissão Conjunta entre a potência americana e a soviética para conduzir a população coreana para a liberdade e independência, as quais seriam responsáveis pela tutela da porção, respectivamente, sul e norte do território.

3.3.1- A República Popular da Coreia

Enquanto muito já era discutido pelos Aliados, as grandes potências mundiais, muito também era refletido pelo próprio povo coreano, pois, afinal, era o futuro de seu território em jogo. Em 1945, na porção sul da península, o coreano ativista Lyuh Woon-hyung, por meio de um convite das autoridades japonesas locais, criou o Comitê

para a Preparação da Independência da Coreia (CPKI), com a tentativa de fundar um governo popular.

Paralelamente, no norte, um governador japonês de Pyongyang abordou o coreano Cho Mansik para organizar um comitê e assumir o controle, com intenção de manter uma estabilidade no vácuo de poder gerado pelo final da guerra. Dessa forma, Mansik formou um Comitê Popular Provisório para as Cinco Províncias e o filiou, posteriormente, ao CPKI. Esse Comitê Provisório era composto, basicamente, por membros da extrema direita e contrários ao comunismo. Com a chegada dos líderes soviéticos, a liderança de Cho não foi para frente, principalmente após a personalidade de Kim Il-Sung emergir no cenário coreano.

No dia 6 de setembro de 1945, foi criada a República Popular da Coreia pelo CPKI. Essa criação levou à formação de outros diversos comitês populares, em prol de substituir o colonialismo japonês e impedir a interferência externa, enaltecendo uma Coreia independente. Entretanto, no dia 8 de setembro, os estadunidenses desembarcaram e já começaram a ocupar o sul da região.

O desembarque não só resultou em diversas prisões em massa como também no estabelecimento do Governo Militar do Exército dos Estados Unidos na Coreia (USAMGIK). Esse governo se relacionava à parte sul do Paralelo 38 e se tornou extremamente impopular por diversas razões, como a manutenção dos laços com os governadores japoneses, mantendo-os como conselheiros, e a censura e desarticulação da RPC. Foi importante também por trazer de volta a figura de Syngman Rhee, um exilado nacionalista coreano e ávido lutador pela independência, além de um extremo e ferrenho anticomunista.

Já na parte norte, em meados de 1945, Cho se recusou a aceitar a tutela soviética da região norte-coreana, por ser contra a presença de forças estrangeiras atuando sobre a Coreia (ainda mais estas sendo comunistas). Tal ato fez com que os soviéticos perdessem qualquer esperança na figura de Mansik como líder popular, levando a sua prisão em um hotel na cidade de Pyongyang em 1946.

Como líder do Partido Comunista Coreano desde dezembro de 1945, Kim Il-sung se tornou o favorito dos soviéticos para liderar os coreanos no processo de independência por um caminho favorável ao comunismo. Desse modo, em fevereiro de 1946, se tornou o presidente do Comitê Popular Provisório da Coreia do Norte, o

governo provisório estabelecido pelos soviéticos. Este governo era subordinado às forças soviéticas, mais especificamente, ao general Shtykov, embora Kim fosse considerado como o maior líder nascido na Coreia na porção norte do território.

3.3.2- As eleições coreanas e o envolvimento das Nações Unidas

Em 1947, com a deterioração cada vez maior das relações entre Moscou e Washington, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução 112, responsável por estabelecer uma Comissão Temporária das Nações Unidas para a Coreia, com o objetivo de facilitar e acelerar a participação do povo coreano na eleição de seus representantes. A Comissão seria formada por representantes da Austrália, Canadá, República da China, El Salvador, França, Índia, Filipinas, Síria e Ucrânia.

As eleições deveriam acontecer até o dia 31 de março de 1948 e, com elas, um Governo Nacional da Coreia poderia futuramente ser estabelecido. Apenas com o Governo Nacional consolidado, os representantes eleitos deveriam se consultar com a Comissão para demandar a retirada de tropas estrangeiras ainda presentes na península, e a retirada seria de, se possível, 90 dias.

Esta resolução foi aprovada com 43 votos dos 57 membros reconhecidos pelas Nações Unidas e votantes da Assembleia Geral. A União Soviética, uma das abstenções desta resolução, apresentou um outro projeto de resolução, este rejeitado por 34 votos contrários e 16 abstenções. As únicas delegações favoráveis foram a própria União Soviética, a Bielorrússia, a Tchecoslováquia, o Egito, a Polônia, a Ucrânia e a Iugoslávia. Seu projeto, ao invés de estabelecer a Comissão, apenas recomendava uma retirada simultânea das tropas soviéticas e americanas do território coreano no início do ano de 1948. Após a adoção da resolução 112, a delegação ucraniana declarou que seu país não participaria da Comissão formada.

Contudo, o governo soviético não reconheceu essa proposta, pois ela seria contrária ao estabelecido na Conferência de Moscou de 1945 e, por isso, fez com que a região sob sua tutela não aceitasse a Comissão ou as eleições previstas por ela. Além do mais, segundo ele, a resolução estaria violando os artigos 32 e 107 da Carta das Nações Unidas. O primeiro artigo mencionado prevê que

“Qualquer membro das Nações Unidas que não for membro do Conselho de Segurança, ou qualquer Estado que não for membro das Nações Unidas, será convidado, desde que seja parte em uma controvérsia submetida ao Conselho de Segurança, a participar, sem voto, na discussão dessa controvérsia. O Conselho de Segurança determinará as condições que lhe parecerem justas para a participação de um Estado que não for membro das Nações Unidas.”

Enquanto no segundo consta que

“Nada na presente Carta invalidará ou impedirá qualquer ação que, em relação a um Estado inimigo de qualquer dos signatários da presente Carta durante a Segunda Guerra Mundial, for levada a efeito ou autorizada em consequência da dita guerra, pelos governos responsáveis por tal ação.”

Em 1948, ficou claro que a ideia de unificar a Coreia não havia dado certo. Com isso, as duas potências tentaram ao máximo, portanto, estabelecer um governo estável para sua parte do território. Na parte sul, no dia 12 de junho, nasce uma Constituição para a chamada “República da Coreia”, elaborada pelos americanos e por membros de partidos de direita da Coreia. Acabou sendo oficialmente proclamada no dia 15 de agosto e seu primeiro presidente eleito foi Syngman Rhee.

Já na parte norte, em fevereiro de 48, a criação do Exército Popular da Coreia (APC) levou à eleição em, agosto, da Assembleia Popular Suprema. No dia 9 de setembro a República Popular e Democrática da Coreia é proclamada e, como antigo comandante supremo da Assembleia, Kim Il-sung é eleito como seu primeiro-ministro.

Em relação às Nações Unidas, entretanto, apenas a República da Coreia foi reconhecida pela Organização, em dezembro, por meio da resolução 195 da Assembleia Geral. Mesmo assim, ela não havia ainda se tornado um Estado-Membro. A RPDC, por seu lado, até 1950, recebeu reconhecimento de 10 outros Estados reconhecidos pelas Nações Unidas, sendo estes: a União Soviética, a Mongólia, a Polônia, a Iugoslávia, a Romênia, a Hungria, a Albânia, a Bulgária, a Tchecoslováquia e a República Democrática Alemã.

Figura 3: Tabela das datas de reconhecimento da República Popular Democrática da Coreia por outros Estados.

3.4- A guerra civil chinesa e a escalada da tensão

O final da Segunda Guerra Mundial não foi só importante para a decisão sobre a península coreana, mas também para aflorar um conflito no continente asiático: a guerra civil chinesa. O conflito entre os nacionalistas e comunistas havia começado já no final da década de 20, porém a invasão japonesa e a situação do país em período de guerra abriram espaço para novas conversas sobre o futuro da China em 1945. Dessa forma, Mao Zedong, presidente do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (PCC), e Chiang Kai-shek, presidente do Governo Nacional da China e representante do partido nacionalista chinês (Kuomintang), tentaram de alguma forma decidir sobre o caminho pelo qual a China deveria seguir.

Todavia, as conversas não levaram a um acordo entre as duas partes, reiniciando o conflito de modo intenso em 1946. Por possuírem uma organização militar superior, terem apreendido diversos recursos resultantes do tempo da ocupação japonesa e por haver, também, conseguido maior apoio popular, quatro anos depois, as forças comunistas de Mao conseguiram sair vitoriosas da guerra. Chiang Kai-shek e as forças nacionalistas, por sua vez, acabaram se refugiando na Ilha Formosa (Taiwan) em 1948,

² Note que a figura 3 inclui a China e o Vietnã na tabela. Entretanto, a tabela se refere à República Popular da China e à República Democrática do Vietname, ambos ainda não reconhecidos pelas Nações Unidas em 1950.

representando a então proclamada “República da China”, dotada de uma Constituição desde o ano anterior. *Esta dizia que sua soberania se estendia por toda a China, mesmo com seus líderes não possuindo o controle do território total chinês na prática.*

No dia 1 de outubro de 1949, a República Popular da China foi estabelecida e seu primeiro líder foi o próprio Mao Tsé-Tung. Entretanto, o seu reconhecimento internacional foi pequeno. As Nações Unidas, por exemplo, reconheciam apenas a República da China, sendo esta até um dos países membros permanentes do Conselho de Segurança. Apenas as representações da União Soviética, Bulgária, Romênia, Hungria, Coreia do Norte (República Democrática Popular da Coreia), Tchecoslováquia, Polônia, Mongólia, República Democrática Alemã, Albânia, Índia, Suíça e Vietnã do Norte estabeleceram relações diplomáticas com o país até então.

Como visto acima, a Coreia do Norte foi um dos primeiros países a estabelecer tais laços com a RPC (República Popular da China), os quais foram firmados após um mês de sua proclamação, no dia 6 de outubro de 1949. Essa relação foi fundamental para o desenrolar do conflito na península, já que a China se tornou, de fato, uma importante aliada para os norte-coreanos.

4- A guerra Civil Coreana

4.1- Influência Soviética e Norte-Americana:

Desde 1945, quando houve a divisão da Coreia em dois Estados diferentes, houve grandes tensões entre os recém criados países, apoiados e protegidos, cada um, por uma das novas superpotências mundiais. A União Soviética e os Estados Unidos da América, por terem ficado responsáveis pela administração provisória dessas nações antes delas poderem se unificar e se tornar independentes, ficaram com tropas na península coreana até os anos de 1948 e 1949, respectivamente, cada um em sua devida localidade, estabelecido pela Conferência de Moscou. Durante esses anos, tanto os americanos quanto os soviéticos tiveram a chance de influenciar muito os pensamentos e as ações das Coreias.

Embora inicialmente houvesse a ideia de uma Coreia unificada em 1950, com o passar dos anos esse pensamento foi se tornando cada vez mais improvável. Ambas as potências mundiais queriam aumentar sua área de influência, já que os americanos, caso obtivessem poder sobre a Coreia, estariam com uma forte base no continente asiático, estando perto e podendo influenciar as ações da República Popular da China e da própria União Soviética, algo muito temido pelos países socialistas. Esses foram um dos motivos que acarretaram na proclamação da República da Coreia, pelos Estados Unidos, e da República Popular e Democrática da Coreia, pela União Soviética, em 1948, enquanto ambos os países ainda estavam presentes na região.

Por isso, enquanto ocorria essa presença das superpotências na região, ambas tentavam fortalecer os novos Estados da maior maneira possível, fornecendo inteligência e armamentos, embora a União Soviética tenha obtido demasiadamente mais êxito nessa tarefa do que os Estados Unidos. Mesmo com o último tendo ficado um ano a mais com tropas na península, os norte-coreanos tinham um exército muito mais completo e preparado para um conflito, quando analisamos os dados do início da guerra.

O exército da Coreia do Norte foi oficialmente ativado no dia 8 de fevereiro de 1948. Nessa época, criaram-se as divisões das forças armadas, embora nenhum investimento muito significativo tenha ocorrido. Apesar de terem um poderio militar frágil, na época, os norte-coreanos se mantinham ambiciosos em relação a um possível conflito com a Coreia do Sul.

Por isso, em Março de 1949 Kim Il Sung requisitou formalmente a Stalin permissão para atacar a Coreia do Sul, em uma visita oficial da delegação norte coreana à União Soviética. Esse pedido foi negado, provavelmente devido à crença do líder soviético de que os Estados Unidos considerariam o ataque como uma violação do acordo de 1945, e possivelmente, interviriam no conflito, além da presença de tropas americanas que ainda estavam no território. Apesar disso, a esperança de uma intervenção da superpotência socialista não acabou, e os norte-coreanos resolveram esperar por circunstâncias mais favoráveis.

Porém, havia temores, na época, que a retirada das tropas americanas da península, em 1949, era designada para dar mais liberdade ao exército sul coreano, que iria invadir o Norte. Na realidade, Seoul temia que a saída do exército levaria a um

colapso da recém-criada República da Coreia, por ameaças internas, com um levante popular promovido pelos comunistas, ou externas, com um ataque militar socialista. Esses temores levaram a Coreia do Sul a tentar, de todas as maneiras, evitar a saída das forças armadas estadunidenses. Essas tentativas não acarretaram em grandes resultados pois, na retirada de tropas dos EUA, apenas se mantiveram 500 conselheiros na região, um número pouco significativo para um conflito.

A União Soviética, apesar de estar determinada a evitar uma guerra contra os Estados Unidos, também estava comprometida a escapar de um possível ataque ao seu território, através da Coreia. Por isso, os soviéticos sempre se mantiveram de “olhos abertos” em relação às tensões na região, mas evitando quaisquer conflitos de maior expressão, já que isso poderia levar a uma deterioração da imagem dos países de esquerda, e a um confronto mais demorado, que poderia envolver mais nações.

Durante o final do ano de 1949, ambas as Coreias realizaram diversas incursões pela fronteira do paralelo 38, ocasionando milhares de mortes e causando inúmeros incômodos a ambas as partes. Esses ataques foram contrários aos interesses soviéticos, que tentavam, naquele momento, evitar a todo custo uma grande guerra entre as superpotências. Os Estados Unidos também viam com maus olhos toda a possibilidade de conflito, devido à fragilidade sul coreana naquele momento. Esse pensamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se manteve até o início de 1950, quando houve uma mudança de pensamento dos países socialistas.

Então, no início da década de 50, Stalin começou a fornecer ajuda militar mais incisivamente a Kim Il Sung, que começou a se preparar para o conflito. Embora a União Soviética não quisesse interferir diretamente no conflito, havia naquele momento a presença da República Popular da China, que deveria estar preparada para ajudar e, possivelmente, agir na Coreia do Norte, caso qualquer problema ocorresse.

Nesse meio tempo, os Estados Unidos da América esperavam, ao máximo, evitar um conflito na região. A sua falta de interferência na guerra civil chinesa, por exemplo, demonstrou aos demais países da região que, possivelmente, a superpotência capitalista não estaria interessada em se envolver em um conflito bélico no continente asiático. A Coreia do Sul temia demais um possível ataque massivo ao seu território, o que acarretou em um investimento considerável no exército do país, visando à vitória em uma futura guerra.

Então, com a República Popular da China já estabilizada, aconteceu uma reunião entre os chineses e os soviéticos. Nesse encontro, houve a criação do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética que, dentre outros aspectos, estabeleceu um pacto de defesa mútua, possibilitando uma maior cooperação entre esses países socialistas, especialmente em ocasiões de guerras. Além disso, também acordou-se, em outras reuniões que ocorreram com a Coreia do Norte, que iria ocorrer um grande investimento no exército norte-coreano, visando a um ataque à Coreia do Sul, em um futuro próximo daquela época.

Esse investimento das nações socialistas foi feito aumentando o programa de treinamento do exército, enviando tanques, artilharia, aviões, criando áreas reservadas e preparadas para receber suprimentos, armas e munições enviadas da União Soviética, dentre outras coisas. Além disso, milhares de veteranos de guerra chineses foram enviados para ajudar a Coreia do Norte, aumentando ainda mais seu conhecimento e poderio militar.

Estima-se que, no ano de 1950, o exército norte-coreano era composto por em torno de 140.000 homens, além de mais de 150 tanques de guerra, 180 aviões de batalha além de milhares de munições, fornecidas pelas nações socialistas. Por outro lado, o exército sul coreano era feito de pouco mais de 90.000 combatentes, nenhum tanque, 22 aeronaves, e uma quantidade baixa de munições, que seriam esgotadas em pouco tempo de combate. Essas eram as condições de ambas as forças armadas quando houve o estopim da guerra, em junho deste ano.

4.2- O avanço norte-coreano e a intervenção da ONU

Nas primeiras horas de 25 de junho de 1950, sob a cobertura de pesado fogo de artilharia, o exército norte-coreano cruzou o paralelo 38, iniciando a Guerra da Coreia. Com um contingente de cerca de 80 mil soldados, a Coreia do Norte rapidamente rompeu as barreiras de defesa sul-coreanas na fronteira (cerca de 30 mil soldados) que, despreparadas, mal-equipadas e tomadas de surpresa, rapidamente bateram em retirada (BEVIN, 2003, p.1). A ofensiva principal, conduzida pelo I Corpo do Exército Popular da Coreia (cerca de 53 mil homens), atravessou o Rio Imjin rumo à Seoul. O II Corpo atacou em dois eixos separados, um através das cidades Ch'unch'ôn e Inje para

Hongch'ŏn, outro pela costa leste rumo à Kangnŭng. Em 28 de junho o exército norte-coreano alcançou a capital da Coreia do Sul, Seoul. Apesar disso, o governo de Syngman Rhee conseguiu escapar, e formou uma linha defensiva atrás do Rio Han (BRITANNICA, 2018).

Mapa ilustrativo do avanço norte-coreano nos primeiros meses da Guerra da Coreia. Extraído de:
<https://www.britannica.com/event/Korean-War/Invasion-and-counterinvasion-1950-51#ref229855>

Rapidamente a notícia do ataque se espalhou pelo mundo: jornalistas americanos noticiaram a invasão cinco horas após o início do conflito. A primeira reação do presidente norte-americano Harry Truman diante dessa invasão foi contatar o comandante das forças americanas no Extremo Oriente, General MacArthur, e ordená-lo a transferir munição para o Exército da República da Coreia e dar cobertura aérea à

evacuação dos cidadãos americanos na Península Coreana. O presidente ordenou ainda o envio da Sétima Frota dos EUA para o Estreito de Taiwan, de forma a proteger a República da China de alguma possível agressão da China comunista: havia o temor de que o conflito coreano se expandisse e envolvesse toda a região do Extremo Oriente. Ao invés de pressionar o Congresso Americano a elaborar uma declaração de guerra contra a Coreia do Norte, Truman preferiu recorrer às Nações Unidas (BRITANNICA, 2018).

Às 14:00 de 25 de junho de 1950 o Conselho de Segurança da ONU se reuniu para deliberar quanto à situação na Coreia. Os EUA requisitaram a presença de um representante da Coreia do Sul na reunião, o que foi feito; apesar da Iugoslávia (então membro eletiva do Conselho) ter requerido a presença também de um representante da Coreia do Norte, tal pedido não foi atendido, uma vez que o país não era membro da ONU nem tinha representação diplomática na Organização.

No curso da reunião os EUA apresentaram um projeto de resolução, condenando a invasão e a caracterizando como uma ruptura da paz em violação do Capítulo VII da Carta da Organização. O projeto de resolução clamava pela cessação das hostilidades, instando a Coreia do Norte a recuar suas forças até o Paralelo 38; também determinava que todos os países prestassem assistência à ONU para o cumprimento da resolução e se abstivessem de auxiliar a Coreia do Norte.

À época desta reunião, a União Soviética não contava com um representante no Conselho de Segurança, uma vez que o país estava boicotando todas as reuniões de órgãos da ONU, em protesto contra a não admissão da China comunista na Organização em substituição da República da China (Taiwan). Tal circunstância possibilitou que a resolução apresentada pelos EUA fosse aprovada pelo Conselho, uma vez que certamente haveria o exercício do poder de veto pela União Soviética se esta estivesse presente na ocasião. Votaram a favor da resolução 82 os EUA, o Reino Unido, a França, a República da China, Cuba, Equador, Egito, Noruega e Índia; e absteve-se a Iugoslávia.

Em 27 de junho, o Conselho de Segurança, ainda sem a presença da União Soviética, aprovou outra resolução sobre o conflito na península (resolução nº 83), recomendando que os países membros das Nações Unidas fornecessem assistência à República da Coreia para repelir o ataque armado e restaurar a paz internacional na região. Essa resolução foi aprovada com sete votos afirmativos e um voto contrário da

Iugoslávia. Egito e Índia estavam presentes na reunião, mas não participaram da votação (STUECK, 2008).

Neste mesmo dia, o Presidente dos EUA ordenou que as forças aéreas e marítimas americanas auxiliassem a Coreia do Sul a defender-se. O primeiro confronto significativo em que os EUA tomaram parte na Guerra da Coreia foi a Batalha de Osan, que se iniciou em 5 de julho de 1950, e terminou com a derrota das forças norte-americanas, que não dispunham de equipamento adequado para enfrentar os tanques norte-coreanos (cerca de 160 baixas dos EUA contra cerca de 40 norte-coreanas). Os norte-americanos foram derrotados na Batalha de Pyongtaek, em 6 de julho, imediatamente após a primeira escaramuça, e na Batalha de Taejon, de 14 a 21 de julho (quase mil baixas americanas):

“Por quase oito semanas, perto de Osan, ao longo do Rio Kum, através de Taejŏn, e ao sul de Taegu, os soldados dos EUA lutaram e morreram – e alguns fugiram. Enfraquecidos por armas inadequadas, números limitados e liderança incerta, as tropas norte-americanas se deparavam frequentemente com grupos de refugiados fugindo para o Sul, o que aumentava o risco de uma infiltração de guerrilha. Essas condições produziram ataques infelizes contra civis coreanos, como o alvejamento de centenas de refugiados em um viaduto ferroviário perto da vila de Nogun-Ri, a leste do Rio Naktong, durante a última semana de julho ” (BRITANNICA, 2018) (Tradução Nossa).

Apesar das derrotas devastadoras, as tropas americanas conseguiram ganhar tempo e estabeleceram o denominado Perímetro Pusan, uma linha de defesa de 230 quilômetros na ponta sudeste da Coreia do Sul, ao redor do porto de Pusan. Neste momento da guerra, o território dominado pelas forças sul-coreanas e estadunidenses correspondia a apenas 10% da Coreia, exatamente a área envolvida pelo Perímetro Pusan.

Iniciou-se então a Batalha do Perímetro Pusan, talvez uma das mais decisivas do conflito. A beira da derrota, uma força de 140 mil soldados das Nações Unidas (Coreia do Sul, EUA e recém-chegadas tropas da Comunidade Britânica [Reino Unido,

Austrália e Nova-Zelândia)]³ conseguiu frear o exército invasor norte-coreano, que dispunha, naquele momento, de cerca de 90 mil homens naquele local, defendendo o Perímetro Pusan de 4 de agosto a 18 de setembro de 1950.

Após seis semanas as forças norte-coreanas colapsaram e bateram em retirada após um contra-ataque das tropas da ONU em Inchon no dia 15 de setembro. Com essa derrota norte-coreana, as forças internacionais começaram a recuperar o território perdido e em 25 de setembro houve a recaptura da capital Seul.

No final de setembro as forças norte-coreanas recuaram para além do paralelo 38, a fronteira original entre as duas Coreias. Surge então complexa questão legal e política: poderiam as forças das Nações Unidas perseguirem o exército norte-coreano no território da própria Coreia do Norte? As resoluções 82 e 83 do Conselho de Segurança dariam base jurídica para isso?

Austrália, Brasil, Cuba, Reino Unido, Holanda, Noruega, Paquistão e Filipinas apresentaram resolução na Assembleia Geral da ONU (resolução 376 (V)), sobre a questão, tendo sido aprovada por 47 votos a 5, com 7 abstenções, em 7 de outubro de 1950. A resolução recomenda que sejam tomadas as medidas apropriadas para assegurar a estabilidade em toda a Coreia, o que serviu de base legal para as forças da ONU atravessarem o paralelo 38. Além disso, a resolução prevê a realização de eleições com o objetivo de estabelecer um governo unificado, democrático e independente em todo o território coreano (PAK, 2000, p. 79).

Com a autorização da Assembleia Geral, as forças da ONU avançaram para o Norte e em 19 de outubro capturaram a capital da Coreia comunista, Pyongyang. Com o agravamento da situação norte-coreana, a República Popular da China decide intervir no conflito. Após cruzarem secretamente o Rio Yalu em 19 de outubro, o 13º Grupo do Exército Popular de Voluntários chinês lançou uma ofensiva contra as tropas da ONU na região da fronteira sino-coreana.

³ A resolução 84 do Conselho de Segurança criou um comando unificado das forças das Nações Unidas sob a direção dos Estados Unidos da América (resolução aprovada com sete votos afirmativos e três abstenções: Iugoslávia, Índia e Egito. A União Soviética não estava presente). O comandante atual das forças internacionais é o General Douglas MacArthur dos EUA.

Mapa ilustrativo da situação militar na península coreana no final de outubro de 1950. Disponível em:
<https://forum.lowyat.net/topic/2126610/all>

5- Políticas Externas

5.1- Argentina

A Argentina vem a este comitê com o intuito de preservar a paz. O país latino-americano, atualmente Peronista, visa ao fim da guerra, não pretendendo condenar ou ajudar qualquer uma das partes envolvidas no conflito.

A delegação argentina preza por um cessar-fogo e pela paz duradoura na região, sem que qualquer um dos lados se saia favorecido da guerra. Ademais, ela deve ser uma voz mediadora do conflito, o que é potencializado pelo fato de a delegação argentina ser a presidente desta sessão.

5.2- Austrália

A delegação da Austrália mantém sua posição favorável à causa defendida pela Coreia do Sul, porém seus principais argumentos apresentados são pelo fato de que esse foi o único governo, segundo eles, legitimado pelas Nações Unidas – por meio da Comissão estabelecida em 1947. Em relação à Coreia do Norte, portanto, não haveria como saber se seu governo corresponde ou não ao desejo do povo coreano no geral. Sendo assim, a Austrália vem a Assembleia Geral na defesa de uma Coreia unificada, no entanto, sob a observação das Nações Unidas.

Por fim, é importante destacar o papel exercido pela representação de Canberra como uma das membras da Comissão das Nações Unidas para a Coreia e por um dos países fornecedores de tropas para o UN Command. A Austrália foi o primeiro país, com exceção dos Estados Unidos da América e da Coreia do Sul, a enviar suas tropas para a península coreana e tentar restaurar por força a paz na área. Dessa forma, a participação australiana acerca da situação coreana é bastante expressiva dentro da Organização.

5.3- Bélgica

A Bélgica passa atualmente por grande turbulência política, sendo questionada a legitimidade do atual rei belga, Leopoldo III, para continuar no poder (a chamada Questão Real), pois não teria agido conforme a Constituição belga durante a Segunda Guerra. O governo belga do primeiro-ministro Joseph Pholien, do Partido Social-Cristão, teme uma expansão do comunismo pelo mundo (inclusive em seu próprio país) e deseja uma maior aproximação com os EUA.

Dessa forma, a Bélgica, membra fundadora das Nações Unidas e da Organização do Tratado do Atlântico Norte, se alinha com as grandes potências ocidentais, condenando veementemente a invasão do território sul-coreano (DELCORDE, 2010).

Em 25 de agosto de 1950, o governo belga enviou um Corpo de Voluntários Belga para integrar as forças das Nações Unidas que combatem a ameaça norte-coreana. Dessa forma, a Bélgica apoiará quaisquer medidas que sejam necessárias para garantir a restauração *do status quo ante bellum* na península coreana.

5.4- Bielorrússia

A Bielorrússia, seguindo o mesmo caso da Ucrânia, é uma República Socialista Soviética mas também membra fundadora das Nações Unidas, ou seja, representa uma delegação separada da União Soviética e é uma das poucas aliadas desta presentes na Organização.

Dessa forma, a representação de Minsk vai à Assembleia Geral defender a causa dos norte-coreanos e se apresentar como um dos principais braços votantes da União Soviética. Por isso, essa delegação defende as causas levantadas pela Coreia do Norte, mas busca, também, acabar com o conflito o mais cedo possível.

5.5- Brasil

O Brasil, nesta reunião, tem a intenção de proteger a recém-criada Coreia do Sul. A delegação brasileira deve condenar os atos cometidos pela República Popular e Democrática da Coreia, tais como o começo da guerra e o desrespeito às resoluções das Nações Unidas, visando à proteção do recém-criado país capitalista.

Ademais, a política externa brasileira, durante o governo Dutra, é a de seguir fortemente a posição dos Estados Unidos. O Brasil, como maior e mais influente país da América Latina, deve se portar firmemente no comitê, sempre defendendo a República da Coreia e tentando ajudá-la, em detrimento da Coreia do Norte. Apesar disso, a delegação brasileira não tem em mente o envio de tropas do país para a península, tentando atuar ao máximo na área diplomática, defendendo os interesses capitalistas.

5.6- Canadá

A delegação canadense, neste comitê, tem o intuito de proteger a República da Coreia. O Canadá, como aliado histórico dos Estados Unidos, se manterá ao lado dos norte-americanos e tentará ao máximo ajudar a Coreia do Sul de todas as maneiras que achar possível.

O Canadá enviou tropas para a Coreia por meio do “United Nations Command”, tendo um grande papel ao lutar militarmente a favor da Coreia do Sul. Além disso, o

Canadá é um dos países membros da OTAN, o que fortaleceu ainda mais os laços canadenses com os demais países capitalistas.

A delegação canadense, portanto, prezarà pela justiça na Assembleia Geral, e defenderá a nação sul-coreana contra a Coreia do Norte, já que esta última começou o conflito e desrespeitou diversas resoluções desta casa.

5.7- China

A delegação chinesa vem a este comitê para proteger os seus interesses e ajudar a Coreia do Sul. A República da China, com uma péssima relação com os países socialistas e uma boa com os países capitalistas, tentará ao máximo proteger o país sul coreano e manter uma posição firme nas reuniões.

A República da China, nesse comitê, é extremamente contrária à presença da República Popular da China, e irá se posicionar firmemente contra qualquer intenção de envolver o país de Mao nas negociações do conflito, por se reconhecer como a única China legítima.

Além disso, a delegação chinesa vai tentar assistir a República da Coreia de todas as maneiras possíveis e espera a derrota do recém-criado país norte-coreano, para que ela tenha mais países aliados e, conseqüentemente, mais segurança na Ásia Oriental.

5.8- Coreia do Norte

A República Popular Democrática da Coreia (RPDC) alega que o conflito com a Coreia do Sul começou após as provocações feitas pela República da Coreia ao longo do Paralelo 38, sendo o ataque do dia 25 de junho apenas uma defesa norte-coreana e tinham o objetivo de libertação da metade do sul da península. No momento, a delegação de Pyongyang não aceitará perder a guerra no âmbito diplomático.

Seu objetivo é a vitória e apenas no pior caso – o de uma derrota inevitável - ela deve tentar voltar para o antigo cenário anterior à guerra. Contudo, a projeção norte-coreana, em meados de 1950, não é o de pior caso, tendo em vista a recente entrada chinesa (no caso, da República Popular da China) no conflito. Isso fez com que

a Coreia do Norte angariasse um importante braço militar para o seu lado, o que a colocou em uma posição igualitária ou até melhor em relação aos seus adversário.

Enquanto a RPC⁴ seria o apoio militar do governo de Pyongyang, esta possui uma aliada diplomática crucial dentro da ONU: a União Soviética. As duas defendem as mesmas causas no que tange ao conflito na península e se tornam uma importante aliança fundamental do bloco oriental. Nesse contexto, é importante também deixar claro que essa é a primeira visita da Coreia do Norte às Nações Unidas. Por mais que seja positivo fazer parte dela algum dia, a intervenção da Organização na Coreia a faz repensar sobre o que a ONU, de fato, defende. Ademais, a RPDC⁵, como não pertence à Organização, não assinou a Carta das Nações Unidas, ou seja, ela não se submete aos artigos da mesma.

5.9- Coreia do Sul

Com a invasão maciça de seu território pelas forças norte-coreanas, o exército sul-coreano e a infraestrutura do país estão em frangalhos, tendo a sua capital, Seoul, sido tomada pelo invasor e depois retomada com o auxílio das forças das Nações Unidas. A moral da população em geral e especialmente dos militares sul-coreanos está em baixa, inclusive devido a sucessivos casos de corrupção no governo e no exército.

O governo de Syngman Rhee é marcado por um extremo anti-comunismo (tendo inclusive ordenado a repressão violenta e a prisão sumária de simpatizantes do marxismo) e tem como principal objetivo a unificação das duas Coreias e a realização de eleições na península, eliminando-se o regime de Kim Il-Sung. Sua política externa era marcada por uma relação muito estreita com os EUA, considerado por Rhee como um modelo a ser seguido pela Coreia (apesar de seu regime não poder ser caracterizado exatamente como uma democracia liberal ocidental).

Dada a atual circunstância do país, o apoio das Nações Unidas é imprescindível para a sobrevivência do Estado sul-coreano, que só foi capaz de repelir o ataque norte-coreano com o auxílio decisivo das forças internacionais. A Coreia do Sul está nesse comitê como uma delegação convidada, e espera que a participação da ONU no

⁴República Popular da China.

⁵República Popular e Democrática da Coreia.

conflito não se limite a restabelecer o *status quo ante bellum*, restaurando as fronteiras originais dos dois países no paralelo 38, mas que realize a efetiva unificação da península, em consonância com decisões anteriores desta organização. Syngman Rhee adotaria o lema “Marcha ao Norte”, indicando sua intenção de concretizar a unificação por meio da força armada (SANG-HOO, 2011).

5.10- Cuba

O governo cubano do presidente Carlos Prío Socarrás mantém uma relação diplomática próxima com os Estados Unidos da América (tendo assinado em 1934 um Tratado de Relações), alinhando seus interesses com as demais nações americanas. Dentro do contexto da Guerra da Coreia, Cuba considera que se trata de uma injusta agressão por parte da Coreia do Norte que deve ser rechaçada pelas Nações Unidas, de forma a garantir a paz e a estabilidade internacionais.

Cuba entende que o uso abusivo do poder de veto no Conselho de Segurança tem comprometido a capacidade das Nações Unidas de cumprirem seu papel de preservar a paz internacional. O país defende que a responsabilidade de garantir não é exclusiva do Conselho de Segurança, cabendo também à Assembleia Geral, apesar desta última não poder tomar decisões mandatórias.

Dessa forma, um novo procedimento que transferisse determinada matéria relativa à segurança internacional do Conselho de Segurança para a Assembleia Geral, não interferiria nem usurparia a competência do Conselho, desde que este estivesse cumprindo de fato sua responsabilidade primária. Tal procedimento preencheria um vácuo causado pela incapacidade do Conselho de Segurança de agir por conta de uma falta de unanimidade entre as grandes potências, estando em conformidade com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

5.11- Dinamarca

Neste comitê, a Dinamarca vem com o propósito de defender a Coreia do Sul. Na concepção da delegação dinamarquesa, a República Popular e Democrática da Coreia invadiu o território sul coreano e violou as resoluções da ONU, devendo ser condenada por essa casa.

Outrossim, a delegação dinamarquesa sempre se mantém preocupada em relações as questões sociais do conflito, Por isso, já se mostrou disponível e está preparada para enviar ajuda humanitária à península, em busca da proteção dos cidadãos inocentes que estão sofrendo com a guerra. Apesar disso, a Dinamarca tentará ajudar e proteger os interesses sul coreanos, visando ao retorno das fronteiras existentes no paralelo 38, anteriores ao início da guerra.

5.12- Egito

O Reino do Egito é governado desde 1936 pelo Rei Farouk I, que, apesar de certa oposição por parte da população, mantém uma relação diplomática muito próxima com o Reino Unido. De fato, apesar do Egito ter se tornado independente da Inglaterra em 1922, a política egípcia ainda é fortemente influenciada pela Grã-Bretanha que, por meio do Tratado Anglo-Egípcio de 1936, garantiu a permanência de tropas britânicas no Canal de Suez e estabeleceu uma aliança militar com o país.

Dada a proximidade do governo de Farouk I com o Reino Unido, é esperado que a nação Egípcia adote um posicionamento semelhante ao das potências ocidentais.

5.13- Estados Unidos da América

A influência norte-americana na Guerra da Coreia é de suma importância. É preciso lembrar que o conflito é essencialmente um embate que ilustra o momento histórico em que ele acontece: a Guerra Fria. Essa guerra, muito além de ser uma batalha armada, é uma disputa ideológica entre o capitalismo, corrente que tem como protagonista os Estados Unidos e que se difunde por praticamente todo o hemisfério ocidental, e o comunismo, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, apesar de não ter o mesmo protagonismo, pela China. Nesse contexto, portanto, não se pode esperar outro papel exercido pelos americanos que não o de líder.

Após a invasão praticada pela Coreia do Norte, o Conselho da ONU enviou tropas para defender a Coreia do Sul. A participação dos Estados Unidos nesse processo é fundamental porque, além de o comandante ser o general americano Douglas MacArthur, os soldados americanos corresponderam a cerca de 90% dos combatentes.

No mesmo dia da resolução, 27 de junho, o presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, autorizou que a força aérea e a marinha americana atacassem alvos na península coreana. Os EUA temiam que esse conflito fosse o primeiro de uma série de tentativas expansionistas soviéticas, que deveriam ser respondidas à altura para evitar o avanço do inimigo em outras regiões do planeta.

Deve-se lembrar o contexto histórico da Guerra Fria para entender as causas que levaram o país a entrar na guerra coreana. Os Estados Unidos perpetuam, nesse momento, uma ideia de contenção da expansão soviética em todos os cantos do mundo e, com certeza, o conflito em questão traz significativas atenções. O comunismo é visto como ameaça de todas as formas e os discursos são embasados, principalmente, na questão da liberdade. Liberalismo econômico, liberdades individuais, liberdade de expressão, liberdade da imprensa e liberalismo político são frequentemente apontados como objetivos que os Estados Unidos pretendem atingir na Coreia, para salvá-los da repressão praticada pela minoria, da censura à imprensa e da violação contra direitos fundamentais individuais que o comunismo carrega. Um discurso do então presidente Harry Truman serve como boa ilustração dessa situação:

“Uma maneira de viver é baseada na vontade da maioria e distingue-se pela existência de instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de opinião e de religião e ausência de opressão política. O segundo modo de vida baseia-se na vontade de uma minoria imposta pela força a uma maioria. Ele repousa no terror e na opressão, no controle da imprensa e do rádio, em eleições fraudadas e na supressão das liberdades pessoais. Acredito que deva ser a política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estão resistindo à tentativa de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas.”

5.14- França

Neste comitê, a delegação francesa vem com a posição de defender os interesses da República da Coreia. A França, uma das potências da Guerra fria e defensora dos interesses capitalistas, considera que a República da Coreia está correta, e as Nações Unidas tem de continuar intervindo no conflito.

A França enviou tropas por meio do “United Nations Command” para batalhar a favor da Coreia do Sul na guerra, as quais chegaram há poucos dias na região, como recomendado pela resolução 83 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Deve-se lembrar, também, que nesse momento a França está em confronto na Primeira Guerra da Indochina, o que demonstra a sua política de intervenção na Ásia.

Além disso, a França é um dos membros da recém-criada OTAN, tendo, portanto, uma parceria formal com os Estados Unidos e outros países da Europa Ocidental, por exemplo, o que aproxima ainda mais os interesses franceses dos americanos e, por consequência, dos sul-coreanos.

Logo, a delegação francesa fará de tudo para proteger e fornecer todo o tipo de ajuda à Coreia do Sul, condenando a República Popular e Democrática da Coreia por desrespeitar as resoluções das Nações Unidas e ter começado o conflito.

5.15- Iraque

O contexto do início da Guerra Fria pode ser visto no Iraque durante o final da década de 40. Por mais que o combate contra o comunismo no país seja datado desde 1930, foi somente depois da Segunda Guerra Mundial e da criação do Estado de Israel pelas Nações Unidas em 1948 que as relações com a União Soviética se deterioraram ainda mais. Segundo o governo *iraquiano*, o voto soviético favorável na resolução 181 da Assembleia Geral deixou clara a relação do sionismo com o comunismo. Dentro desse cenário, as autoridades do Iraque buscavam ajuda dos países Ocidentais na luta contra os grupos comunistas dentro de seu território.

Essas relações transpareceram na política de Bagdá acerca da questão coreana, já que o primeiro-ministro anterior, Tawfiq al-Suwaydi, disse apoiar as forças Ocidentais contra o avanço das tropas da Coreia do Norte e sua propaganda do comunismo. No entanto, não são todas as decisões de tal lado que são aceitas pela delegação, como, por exemplo, o Iraque se mostrou favorável a diversas decisões rejeitadas pela Assembleia Geral dentro das Nações Unidas.

Propostas soviéticas como a criação de planos por parte do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas para restaurar a economia coreana e uma futura discussão sobre a admissão da Coreia na ONU foram encaradas como positivas pelo Iraque,

porém negativas pelos Estados Unidos e Reino Unido. Dessa forma, a posição do Iraque é, de certa forma, alinhada à política externa americana e britânica, contudo, isso não significa um total apoio à causa defendida por essas delegações.

5.16- Israel

A política de “não-identificação” foi adotada por Israel após serem reconhecidos formalmente como Estado em 1948, já que assim o país manteria o acesso aos Estados Unidos e à União Soviética – famosos contribuintes para sua independência e para o triunfo contra seus adversários árabes. Seu primeiro-ministro, Ben-Gurion, justificou que Israel deve fazer qualquer esforço para “achar o entendimento, se não amizade, em qualquer lugar do mundo” pelos judeus serem “a nação mais fraca da terra”, por mais que tivesse uma certa tendência em não confiar plenamente nos soviéticos. É importante frisar que ao dizer isso, ele não estava querendo desmerecer o povo judaico, porém deixando claro que são os mais atacados e os mais vulneráveis atualmente no cenário internacional.

Por esse motivo, a delegação israelense apoia as intervenções realizadas pelas Nações Unidas na Coreia e aprova, basicamente, qualquer medida que consiga abrir precedente para uma possível ação da Organização no território de Israel caso ele sofra uma agressão por parte dos países fronteiriços. A representação, portanto, concorda com as resoluções da ONU até então tomadas sobre a questão coreana, mas isso não significa que eles estão apoiando os Estados Unidos e, conseqüentemente, abandonando a política de “não-identificação”, mas sim agindo de acordo com artigo 25 da Carta das Nações Unidas.⁶

5.17- Iugoslávia

Em 1948 a Iugoslávia, com seu primeiro-ministro Marechal Tito, procurou desenvolver sua economia de modo independente à União Soviética – fazendo com que

⁶O artigo diz que “os Membros das Nações Unidas concordam em aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta”.

as relações Belgrado-Moscou começassem a se deteriorar. O ápice aconteceu em 1949, quando a Iugoslávia foi formalmente expulsa da Cominform e os denominados “titoístas” começaram a ser expurgados dos outros Estados socialistas.

Em relação à questão coreana, a delegação iugoslava já apontou a Coreia do Norte como precursora do conflito, iniciando o ataque à Coreia do Sul com o auxílio soviético. Não obstante, também acreditava que as tropas norte-coreanas já estavam se preparando muito antes do conflito ter, de fato, iniciado, ou seja, não foram simplesmente um contra-ataque contra uma possível ofensiva sul-coreana. Em 1950, a Iugoslávia também era um dos membros não-permanentes do Conselho de Segurança e, no dia 27 de junho, chegou a encabeçar um projeto de resolução sobre um cessar-fogo entre as partes envolvidas no início do conflito. Dessa forma, a representação iugoslava tem como objetivo o fim da Guerra e, apesar de reconhecer a Coreia do Norte como a força invasora, não tem sua política alinhada aos Estados Unidos da América ou à Coreia do Sul.

5.18- México

A delegação mexicana não apresenta uma política externa tão unilateral no que diz respeito à situação da Coreia. Por um lado, ela apresenta um grande apoio às decisões até então tomadas pela Organização na Assembleia Geral, principalmente naquelas elaboradas pelos Estados Unidos. Em contrapartida, sua relação com a questão na península é muito influenciada pela opinião popular – principalmente na questão do envio de tropas. Por mais que ainda não tenham surgido muitos relatos nos jornais mexicanos sobre o conflito, é visível a insatisfação de diversos cidadãos em relação ao possível envio de tropas mexicanas para a região.

Desse modo, o auxílio do país à Coreia do Sul, por sua vez, poderá existir apenas por meios diplomáticos ou, talvez, caber às questões humanitárias – como o envio de recursos médicos e alimentícios para o conflito. A ajuda humanitária, entretanto, por mais que incentivada, deve ser pensada com cautela, visto que o México está, no momento, envolvido com a UNMOGIP (Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para Índia e Paquistão) e acabou de prestar auxílio à UNSCOB (Comitê Especial das Nações Unidas para os Balcãs).

5.19- Polônia

A Polônia, por ser afiliada ao Bloco Oriental, tinha o dever de ajudar sua aliada asiática. Por estar ainda se recuperando dos significativos danos causados ao país durante a Segunda Guerra, esse auxílio veio somente pela propaganda pró-Coreia do Norte no local. Com isso, nas primeiras semanas do conflito armado, começaram uma campanha chamada “*Rece precz od Korei*” (“Tire as mãos da Coreia”), cujo objetivo era denunciar o governo da Coreia do Sul assim como o United Nations Command – os, segundo a representação de Varsóvia, culpados pelo início do conflito.

Dessa forma, a delegação polonesa deseja alcançar condições pacíficas na região, com medo de uma possível escalada das tensões e de que tal disputa não seja tratada como um estopim para uma guerra nuclear. Além disso, possui um foco especial na segurança dos norte-coreanos presentes na península, visto que poucas ações humanitárias internacionais relacionadas à Coreia são direcionadas a eles.

5.20- Reino Unido:

Por mais que o Reino Unido e o Estados Unidos tivessem uma relação muito próxima no período do pós-guerra, de início a participação britânica no conflito foi objeto de discussões dentro do governo trabalhista de Clement Attlee, uma vez que não representaria uma ameaça direta aos interesses britânicos no Extremo Oriente. Por mais que o Reino Unido tivesse, na esteira dos Estados Unidos, imposto sanções econômicas contra a Coreia do Norte, o governo trabalhista hesitou em impor sanções também contra a China Comunista, como solicitado pelos americanos, por medo que uma afronta deste tipo pudesse pôr em risco o protetorado de Hong Kong. Era um grande temor do governo britânico que o conflito pudesse escalar, afetando outras regiões da Ásia. Mesmo assim, o Reino Unido enviou, em junho de 1950, sua Frota do Extremo Oriente para auxiliar as forças americanas na península.

Neste período, o Reino Unido está envolvido em outros focos de tensão no Extremo Oriente, tendo que defender seu governo colonial na Malásia contra uma insurgência comunista na região, além de ter prometido dar assistência à França na Indochina. Neste cenário, tendo em vista os já limitados recursos militares britânicos na

região, o Gabinete do Primeiro Ministro Clement Attlee decidiu, em 6 de julho de 1950, que não enviaria tropas adicionais para o conflito. Temendo o desgaste que tal posicionamento poderia causar no relacionamento com os americanos, tal decisão foi revogada pelo Gabinete apenas dezenove dias depois (NATIONAL ARCHIVES, 2017).

A participação do Reino Unido neste conflito deveu-se essencialmente à: i) um medo de que a expansão da Coreia comunista, caso não fosse devidamente controlada, poderia estimular a que ocorressem agressões de países do bloco comunista em outras partes do mundo; ii) uma crença de que é vital para a credibilidade das Nações Unidas que esta não falhe em seu primeiro teste, caindo na irrelevância como a vetusta Liga das Nações; e iii) um desejo de garantir o apoio americano para a Guerra Fria no Extremo Oriente, assim como convencer que a Grã-Bretanha é um aliado capaz, apesar de suas dificuldades financeiras atuais (BENBOW, 2010).

5.21- Tchecoslováquia:

A Tchecoslováquia é uma república do Leste Europeu que, desde um golpe de Estado ocorrido em 1948, se declara uma “democracia popular”. Ela adota o sistema de produção socialista, com o planejamento central de sua economia e com a introdução de um centralismo político burocrático sob a direção da liderança do partido comunista tchecoslovaco. O país é um dos membros fundadores do Conselho para Mútua Assistência Econômica (Comecon).

Desde sua liberação pelas forças soviéticas na Segunda Guerra Mundial, as relações diplomáticas entre Tchecoslováquia e a União Soviética sempre foram muito próximas. Logo, tendo em vista seu sistema político-econômico e sua proximidade com a União Soviética, fica claro que a Tchecoslováquia tem um posicionamento similar ao desta última quanto à questão da península coreana, sendo contrária a qualquer tipo de intervenção ocidental no conflito. Para a Tchecoslováquia, qualquer tentativa de transferir a competência do Conselho de Segurança para a Assembleia Geral configura uma manobra dos países capitalistas para contornar o poder de veto soviético, em clara violação dos princípios da Carta das Nações Unidas, de forma a conseguir expandir seus interesses por meio de intervenções militares.

5.22- Ucrânia

A delegação ucraniana vem a este comitê como uma forte apoiadora da posição da Coreia do Norte. Deve-se lembrar que, em 1950, a Ucrânia fazia parte e era uma república da União Soviética, embora ela seja um dos países fundadores das Nações Unidas.

Sendo assim, é dever da delegação se manter favorável às posições estabelecidas pelos soviéticos, apoiando incondicionalmente a República Popular e Democrática da Coreia e a ajudando sempre que for possível, se portando, firmemente, como defensora dos países socialistas.

5.23- União Soviética

A delegação soviética, neste comitê, vem se portar favorável à República Popular e Democrática da Coreia, apoiando todos os seus interesses. Ela crê que as reivindicações e a invasão promovidas pelo país de Kim Il Sung são legítimas e corretas, sendo elas apenas uma resposta à influência e à ameaça externa ao seu território.

Apesar disso, a União Soviética afirma categoricamente que não faz parte da guerra. Tropas soviéticas não foram enviadas à península coreana, e não há nenhuma evidência clara que ela vem atuando durante a guerra. Entretanto, como a maior parte do material do exército norte-coreano é soviético, e a superpotência socialista esteve no país durante mais de 3 anos em um passado recente, tem-se a certeza de que, no mínimo, houve uma ajuda de envio de armamentos antes do início do conflito.

A União Soviética é a maior aliada da Coreia do Norte nesta Assembleia Geral, e deve portar uma função de liderança como defensora dos interesses norte-coreanos, sendo uma base para os demais países socialistas, além de tentar convencer os outros países da importância e legitimidade da causa norte-coreana.

Outrossim, a delegação soviética tenta deslegitimar as resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança, especialmente as de número 82 e 83, durante a sua ausência. Ela argumenta que tamanha decisão não poderia ter sido tomada sem que houvesse a representação dos dois maiores “poderes” do planeta e que essa decisão apenas demonstra, mais uma vez, o caráter agressor e tirano dos Estados Unidos.

Ademais, a nação soviética é, neste momento, uma das maiores aliadas da República Popular da China. Por esse motivo, a delegação deve apoiar a China comunista e sua intervenção no conflito, além de tentar, o máximo possível, trazê-la para participar do comitê, visando à uma maior pluralidade de pensamentos e à uma maior eficácia na resolução do conflito.

Para os soviéticos, portanto, é primordial que todas as medidas possíveis sejam tomadas para preservar o recém-criado país do Norte e, caso possível, derrotar a Coreia do Sul, criando uma única Coreia, que tenderia ao lado socialista.

5.24- União Sul Africana

A União Sul Africana, neste comitê, está com o intuito de apoiar a República da Coreia. A delegação tem o dever de condenar as ações absurdas da Coreia do Norte, como a invasão ao território sul coreano que começou a guerra, e ajudar com toda as suas forças a Coreia do Sul.

A União Sul Africana está, neste momento, enviando tropas para lutar na península coreana a favor do lado capitalista. É dever da delegação manter esses esforços e proteger os interesses sul-coreanos na região, sempre se mantendo proativa em uma busca para solucionar o conflito.

6- Bibliografia

<http://www.nationalarchives.gov.uk/cabinetpapers/themes/korea-entry-britain-war.htm>

https://en.wikipedia.org/wiki/History_of_Czechoslovakia

BENBOW, Tim, Forging alliances: Britain and the US in the Korean War, BBC History Magazine, September 2010. Disponível em: <https://www.historyextra.com/period/20th-century/forging-alliances-britain-and-the-us-in-the-korean-war/>

DELCORDE, Raoul, Belgian Diplomats, Éditions Mardaga, Wavre, 2010, p. 144.

General Assembly, Verbatim records of plenary meetings nos. 299 to 302 held from 1 to 3 November 1950 (A/5/PV.299, 300, 301, and 302) Disponível em: <http://legal.un.org/avl/ha/ufp/ufp.html#>

SANG-HOO, Lee, Syngman Rhee's Vision and Reality: The Establishment of the Nation and Thereafter, The Review of Korean Studies, Volume 14 Number 3 (September 2011): 33-60.

- O Século de Sangue- Hecht, Emmanuel e Servent, Pierre

- "Should We Fear This?" Stalin and the Danger of War with America, Working Paper No.39- Weathersby, Kathryn
(<https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/ACFAEF.pdf>)

- SOUTH TO THE NAKTONG, NORTH TO THE YALU - Appleman, Roy E
(<https://history.army.mil/books/korea/20-2-1/Sn02.htm>)

- <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>

- <https://www.estudopratico.com.br/onu/>

- <https://www.coladaweb.com/historia/historia-da-onu>,.

-<https://nacoesunidas.org/onu-conta-a-historia-missoes-de-manutencao-de-paz-que-completa-68-anos-de-existencia/>.

- <https://www.infoescola.com/historia/liga-das-nacoes>

- <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>-

- <https://nacoesunidas.org/agencia/opasoms/>

- <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>

<https://www.todamateria.com.br/alemanha-oriental/>

<http://www.cavok.com.br/blog/guerra-fria-a-ponte-aerea-de-berlim/comment-page-1>

[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/82\(1950\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/82(1950))

[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/83\(1950\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/83(1950))

[https://undocs.org/S/RES/84\(1950\)](https://undocs.org/S/RES/84(1950))

<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v07/d640>

<https://www.britannica.com/event/Korean-War/Invasion-and-counterinvasion-1950-51>

BEVIN, Alexander, Korea: The First War We Lost, New York City, New York: Hippocrene Books, 2003.

STUECK, William, "The United Nations, the Security Council, and the Korean War", in Lowe, Vaughan; Roberts, Adam; Welsh, Jennifer; Zaum, Dominik, The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945, Oxford University Press, 2008.

PAK, Chi Young, Korea and the United Nations, Kluwer Law International, Hague, 2000.

http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/298790/A_PV.294-EN.pdf?sequence=1&isAllowed=y

<http://www.un-documents.net/a5r377.htm>

http://afe.easia.columbia.edu/main_pop/kpct/kp_koreaimperialism.htm

<https://www.britannica.com/topic/Treaty-of-Kanghwa>

http://english.chosun.com/site/data/html_dir/2005/01/17/2005011761043.html

https://www.upi.com/Top_News/2005/01/17/SKorea-discloses-sensitive-documents/UP-I-38131105952315/

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A%2F1422&Submit=Search&Lang=E

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/GuerraFria>

<http://www.dw.com/pt-br/1947-%C3%A9-anunciado-o-plano-marshall/a-568633>

<http://www.oecd.org/general/themarshallplanspeechatharvarduniversity5june1947.htm>

<https://www.britannica.com/topic/Comecon>

<http://www.dw.com/pt-br/a-divis%C3%A3o-da-alemanha-de-1945-a-1989/a-958753>

<http://www.dw.com/pt-br/1948-corredor-a%C3%A9reo-abastece-berlim-ocidental/a-3439525>

<http://www.cavok.com.br/blog/guerra-fria-a-ponte-aerea-de-berlim/comment-page-1/>

<http://www.rense.com/general85/pats.htm>

<https://www.rbth.com/history/327266-churchill-and-russia-during-wwii>

<http://totallyhistory.com/division-of-korea/>

<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/117705.pdf?v=d908acb9d6333088e001aa7f5320e392>

<http://www.columbia.edu/~hauben/Korea/UN-Role-in-Korean-Division-Nov14.txt>

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1976-5118.2004.tb00306.x>

<http://www.nj.gov/military/korea/factsheets/overview.html>

https://books.google.com.br/books?id=IgxvBAAQBAJ&pg=PA170&lpg=PA170&dq=moscow+conference+trusteeship&source=bl&ots=F51gYilJl&sig=IkQsdD3BWwMAtaYU2tdrr4va2kw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj_kYa75qPaAhWEIzAKHegIDKIQ6AEIUTAG#v=onepage&q=moscow%20conference%20trusteeship&f=false

<http://digitalarchive.wilsoncenter.org/theme/modern-korean-history-portal/timeline#>

<http://english.dailynk.com/english/read.php?num=11335&cataId=nk03600>

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/043/66/IMG/NR004366.pdf?OpenElement>

https://www.ncnk.org/sites/default/files/issue-briefs/DPRK_Diplo_Relations_August2016.pdf

<http://www.inquiriesjournal.com/articles/1069/explaining-chinas-intervention-in-the-korean-war-in-1950>

<https://history.state.gov/milestones/1945-1952/chinese-rev>

<https://www.cfr.org/backgrounder/china-north-korea-relationship>

<https://www.38north.org/2017/09/jperson092617/>

<https://anzacportal.dva.gov.au/history/conflicts/korean-war/korean-war/armed-forces-korean-war/north-korea-china-and-ussr>

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A%2FPV.187&Submit=Search&Language=E

<http://www.worldhistory.biz/sundries/43921-korean-war.html>

<https://books.google.com.br/books?id=4O1AEINqAZYC&pg=PA93&lpg=PA93&dq=mexico+korean+war&source=bl&ots=f76kCOFZ8p&sig=abI86lQOWr8wMZ1ggp2Fv1O47k0&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjVicbwq87aAhVMgpAKHb37DFUQ6AEIdDAM#v=onepage&q=mexico%20korean%20war&f=false>

<https://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n86/reyes.pdf>

<http://in.bgu.ac.il/bgi/israelis/DocLib/Pages/2015/She.pdf>

https://medium.com/@giant_cheng/why-the-ussr-didnt-veto-the-un-coalition-against-the-north-korea-in-1950-98263f4c3e3d

https://scholarworks.arcadia.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1011&context=senior_theses

https://digital.lib.washington.edu/researchworks/bitstream/handle/1773/22003/Kim_was_hington_0250O_10447.pdf;sequence=1

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/ae/Domino_theory.svg/586px-Domino_theory.svg.png

<https://www.britannica.com/event/Korean-War/Invasion-and-counterinvasion-1950-51#ref229855>

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MELCHIONNA, Helena Hoppen. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche**. SciELO-Editora UNESP, 2018.